

## JOSÉ BONIFÁCIO E A INDEPENDÊNCIA

Pedro Ferraz do Amaral

A Semana da Pátria foi instituída para provocar em nós uma atitude de meditação e avaliação das lições do passado. Recuemos, pois, nossa atenção para os idos do primeiro século. O Brasil, uma só floresta cortada por caudalosos rios. Índios em comunhão com as feras, vagando por toda a extensão territorial, sem conhecer os limites que o homem branco veio a estabelecer. Apenas se detinham em face das correntes líquidas intransponíveis. Cá nas bandas do Sul, o Rio da Prata consideravam-no o fim de suas posses. Tanto essa idéa correspondia á realidade, que o próprio governo de Lisboa julgou que até lá deveria ampliar-se seu direito de posse. O Marquês de Pombal alimentava essa pretensão, claramente denunciada nas famosas instruções com que o benemérito Morgado de Mateus mandou restaurar a capitania de São Paulo, em 1760. Já o malogrado inconfidente Alvarenga Peixoto, em poema dedicado á Rainha Dona Maria I, foi além, ao pôr em versos seu sonho imperialista: transformar toda a vasta extensão desvendada por Colombo, Vespuccio e Cabral, num só imenso Império Português, abarcando todas as colônias espanholas, entre as quais se incluíam Cuba e as Antilhas.

A necessidade de defesa da posse do território ocupado — e possuído como próprio — teve o condão de unificar brancos e índios na expulsão dos adventícios que tentaram instalar-se em vários pontos da costa atlântica. O resultado foi o fortalecimento do senso de cooperação social e dos anseios de auto-determinação da gente branca, aliás, já consubstanciada em instituições políticas e jurídicas básicas que a convivência exigia.

A divisão do descoberto de Cabral em capitanias hereditárias, administradas ao talante dos donatários, agindo cada qual segundo sua cabeça, quando agiam (porque muitos se ficaram na Metrópole) essa divisão já infundira nos governados a idéa de que tinham governo próprio. A instituição do governo geral visou cercear os pruridos desta ou daquela capitania, quando não de grupos de capitanias, solidárias na conquista da autonomia regional. O padre Manoel da Nóbrega já dissera que a missão ou empresa dos colonizadores era “forjar aqui uma nação coesa e grande”.

Não esqueceremos que as bandeiras, sendo populações em marcha, levavam consigo os germes de uma organização social que se mani-

festava nos momentos de crise, por intermédio do chefe, a acumular atribuições de administrador, juiz, ecônomo, autoridade única e incontrastada. E quando a bandeira assentava arraial, essas funções se repartiam entre os maiores da grei, em eleições diretas, como em São Paulo, expressando a vontade coletiva. Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso ostentam em seu mapa dezenas de nomes de cidades criadas pelos paulistas na conformidade desse esquema. Os tristes lances da Inconfidência Mineira e de outras insurreições ocorridas pelo interior do País comprovam eloqüentemente o ansêio coletivo da independência política.

Em Lisboa não eram desconhecidos esses fatos, mas, tendo em vista apenas a imensidade do Reino do Brasil, chegaram alguns mentores da política lusitana a planejar nada menos que o retalhamento das terras cabralinas numa porção de republiquetas, o que seria satisfazer interesses regionais, em prejuízo dos acalentados sonhos de independência nacional.

Não prevaleceu, porém, esse ardiloso programa. A independência tornou-se realidade e o Brasil pode apresentar-se perante o mundo como um todo — feito que devemos a uma figura que aos paulistas nos é muito grata. José Bonifácio de Andrada e Silva. Vulto singular de líder, ele contralizou todos os esforços que vinham sendo atabalhoadamente dispendidos, conduzindo-os aos gestos decisivos e do insígne acontecimento. Sem ele, não teriam ocorrido os fatos que a sete de Setembro culminaram no episódio ás margens do Ipiranga.

Sábio, no verdadeiro e exato sentido da palavra, tido nas assembléias científicas do mundo como uma das mais altas expressões da cultura do tempo, tendo vivido anos e anos no convívio de conspícuos homens de ciência, a José Bonifácio nunca se lhe desarraigaram do pensamento os problemas de sua terra. As lições aprendidas na Europa trasladou-as para as condições imperantes nesta parte do Continente Americano, o que permitiu ao Brasil tornar-se uma nação.

Certos historiadores, nem sempre a evocar com justo critério os acontecimentos, tentam de vez em quando apeiar o Andrada do galarim a que foi alçado. Para alguns, o papel principal no feito da independência teria sido o do próprio Príncipe Regente e dos que lhe viviam em derredor. José Bonifácio teria chegado ao Rio de Janeiro numa hora em que se acentuavam os clamores públicos pela separação, mas — dizem — seriam clamores dispersos, em verdadeiro cáos, aos quais ele teria tão somente encaminhado. E julgando pequena esta contribuição, generosamente lhe concedem o secundário lugar na classificação dos participantes do movimento.

Admira haja alguém esposado tal interpretação tão ao arrepio da documentação existente. Ora, vejamos, apenas para argumentar. Dando de barato que assim tivesse acontecido, o certo é que José Bonifácio representava a mais importante das populações do País: o povo paulista, aquele

povo indomável que, sem ter dado contas a ninguém, alargara os domínios de Portugal na América e agora pugnava ardorosamente pela integridade nacional, independente das autoridades de Lisboa. Pela boca do Andrada, falava São Paulo — e era uma força viva, tangida pela consciência cívica que gerára em São Vicente, no primeiro século, a célula mater da nacionalidade. São Paulo já era a locomotiva ... “Non ducor, duco”.

Político sagaz, diante daquele mar revolto, José Bonifácio advertiu logo que era preciso adunar tais anseios num só feixe, que abrisse caminho no rumo a que todos aspiravam. Com o seu prestígio pessoal, com o carisma de sua personalidade, com a habilidade política que vira exercida nos governos da Europa, conseguiu faze-las uma só catadupa, a arrebataram o Príncipe Regente, posto na dolorosa contingência de se divorciar do Rei e dos amigos de Portugal para ficar com o Brasil. Quer-se maior serviço que esse? Ele se impunha ao Príncipe, impondo a predominância da inteligência e da operosidade, apanágios da gente de São Paulo.

Assim, a Independência não foi um fato isolado, um episódio fortuito, ensejado por circunstância momentâneas; mas a culminância da lenta evolução de um sonho. Já o povo se conscientizara de que não mais poderia continuar atrelado no Reino de Portugal, que não reconhecia a seu parceiro, o Reino do Brasil, o direito de opinar, mas lhe atribuía a obrigação de obedecer cegamente. E um povo consciente de sua personalidade não se subordina: desata os grilhões, ergue a cabeça e segue avante.